

Comunidades rurais e recursos comuns nas chapadas do alto Jequitinhonha, Minas Gerais¹

Eduardo Magalhães Ribeiro²

Flávia Maria Galizoni³

Luiz Henrique Aparecido Silvestre⁴

1. Comunidades e recursos comuns

A história rural do Brasil sempre foi uma história de latifúndios. Desde a colonização portuguesa a terra e seus recursos naturais foram partilhados entre famílias de nobres ou empresários, que recebiam os excluídos - escravos libertos, índios, mestiços e *desclassificados* em geral - nessas terras, como se fosse um favor que geralmente deveria ser retribuído com fidelidade, obediência e trabalho. Muitos autores que se dedicaram a pesquisar, entender e explicar o Brasil notam o papel destacado que a grande fazenda e sua rede de poder e influência ocupam nessa história. A fazenda, gerida por senhores de terra que comendavam grupos de dependentes e *agregados*, foi um modelo para a organização agrária, política e econômica do rural brasileiro. Sua presença foi - em algumas regiões ainda é - tão poderosa que sombreou a história e a importância de todas as demais formas de organização agrária e produtiva.

Isto é particularmente verdadeiro no que diz respeito à terra.

No Brasil existem cultivadores independentes que usam terra em comum, em regime de trabalho familiar, desde os tempos coloniais. Ocuparam posições subordinadas nessa época pois não se destacavam na produção de mercadorias de exportação e tampouco eram donos de escravos ou bens. No tempo do Império - 1822/1889 - foi muito debatida a possibilidade de criar formas de inclusão produtivas e sociais para camponeses, e isso resultou na criação de projetos regionais de colonização, como por exemplo no caso dos europeus no Sul do Brasil e do leste do estado de Minas Gerais. No século XX alguns governos estimularam a colonização por brasileiros de algumas áreas do Centro-Oeste e Norte do país.

¹ Pesquisa financiada pelo CNPq (AF 520792/01-7) e Fapemig (SHA 941/02); versões anteriores foram apresentadas ao Encontro Brasileiro de Estudos da População (Ouro Preto, 2002) e ao XLI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (Juiz de Fora, 2003).

² Economista, professor da Universidade Federal de Lavras, MG, bolsista CNPq; e-mail aureoemr@ufla.br

³ Antropóloga, doutoranda IFCH/Unicamp, bolsista CNPq; e-mail flaviagalizoni@yahoo.com.br

⁴ Estudante de Administração, Universidade Federal de Lavras, bolsista IC/CNPq

Foram, no entanto, políticas tópicas, de efeitos localizados, que jamais alteraram a posição de subordinação política, econômica e sobretudo cultural do campesinato na sociedade rural brasileira. As políticas públicas raramente os incluíram - entraram sempre em posições marginais nos principais mercados - mas o aspecto mais complexo de todos foi a marginalização cultural das sociedades camponesas. As origens escravistas e senhoriais da sociedade brasileira sempre desqualificaram socialmente as pessoas que viviam do seu próprio trabalho. Por isso, suas formas de organização, representação, cultura, usos e saber local foram classificados, na maioria das vezes, numa estreita linha de demarcação que às vezes separa o *folclore* da pura tolice.

O progresso técnico na agricultura aprofundou ainda mais essa marginalização. Ele tendeu a concentrar-se em parâmetros como escala produtiva, custos e integração fabril. Isto conduz, evidentemente, a procedimentos técnicos profundamente homogêneos que podem ser aplicados a qualquer espaço, produto, produtor ou ambiente. A lógica camponesa, e não só do campesinato brasileiro, tende a ser ao mesmo tempo mais holística e mais localizada, mais diversificada e mais ambientalizada. Portanto, situou-se na contra-corrente da lógica da transformação técnica, da integração produtiva agroindustrial e mercantil ocupando, cada vez mais, uma posição de marginalidade e empobrecimento.

A expansão da agropecuária a partir das décadas de 1960/1970, movida por crédito rural e recursos públicos, acentuou o caráter privatista e a natureza patronal do rural brasileiro. Contraditoriamente, na medida em que crescia a pressão sobre usos, costumes e culturas locais, cresceu também a capacidade de resposta e auto-organização desses grupos. Isso levou a reavaliação, redescoberta e revalorização de suas formas específicas de domínio fundiário, de seus regimes de gestão dos recursos e de suas diversas manifestações de culturas locais.

Foi assim que os contínuos insucessos e limitações de políticas públicas de gestão dos recursos naturais levaram à reflexão sobre os sistemas locais de gestão: os costumes específicos de grupos rurais conseguiam muitas vezes ser muito mais eficientes que o setor público, que a iniciativa privada, que os sistemas de gestão social compartilhada propostos recentemente pelas agências e órgãos reguladores do uso de recursos.

2. Objeto e método

Este artigo tem o objetivo de analisar as formas de gerenciamento que agricultores da região mineira do alto Jequitinhonha fazem dos recursos naturais usufruídos em comum. Embora sejam relativamente escassos, eles passam por uma normatização produzida pelas próprias comunidades que definem consumo, poupança e gestão dos estoques de bens e recursos.

Ele resulta de pesquisas que têm sido feitas na região desde o ano 2000, versando sobre disponibilidade, uso e gestão de recursos. Essas pesquisas têm recebido apoio de agências públicas (CNPq, projeto AF 520792/01-7; Fapemig, projeto SHA 941/02), organizações da sociedade civil (ongs, Universidade Solidária) e de organizações locais, principalmente do CAV - Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica -, sindicatos de trabalhadores rurais, associações comunitárias e comunidades organizadas de agricultores(as).

Nessa caminhada e parceria de longa data a pesquisa nas comunidades tem sido viabilizada pelas organizações locais: elas têm contribuído fortemente para definir e dosar a temática, para produzir métodos interativos de devolução de resultados de pesquisa e, principalmente, têm sabido ensinar aos pesquisadores o emprego efetivo que resultados de pesquisa podem ter para comunidades rurais.

A pesquisa abrange uma parte da MRH Mineradora de Diamantina, compreendendo os municípios de Turmalina, Veredinha e Leme do Prado. Estes municípios formam uma zona com características ambientais, fundiárias, hídricas e sociais relativamente homogênea, caracterizada pelo bioma cerrado, alternando áreas de campos, cerrados e cerradões, marcada pela pequena unidade familiar, organizada em comunidades. Ao mesmo tempo os três municípios localizam-se no entorno dos rios Itamarandiba, Fanado, Araçuaí e Jequitinhonha, cujas águas e vertentes dividem entre si.

Nesta pesquisa foram pesquisadas comunidades e famílias. A comunidade é o nexó organizativo, coordenador e cultural dos agricultores do alto Jequitinhonha, articulando as características familiares, ambientais e históricas. De outro lado, a família é a unidade de trabalho, produção e de reprodução física e cultural. Família e comunidade oferecem um panorama da complexidade dos aspectos econômicos, sociais e culturalmente específicos do Jequitinhonha ⁵.

⁵ Sobre técnicas de pesquisa consultar Lavelle e Dionne (1999); sobre comunidade rural consultar Cândido (1975) e Galizoni (2000); sobre família ver Bruschini (1989), Leví-Straus (s.d.) e Durham (1983); sobre família, comunidade e trabalho rural ver Wolf (1972) e Chayanov (1974).

Foram investigadas 12 comunidades rurais, escolhidas intencionalmente, indicadas por lideranças rurais que conhecem os municípios. A seleção de comunidades obedece aos critérios cruzados e combinados de:

- I - município, porque aponta a diversidade de políticas locais;
- II - distância do centro urbano, porque indica acesso mais ou menos restrito aos serviços urbanos;
- III - microbacia hidrográfica, porque indica fluxo de povoamento, redes de parentesco e disponibilidade de recursos hídricos, que são diferenciados por curso d'água (rios Itamarandiba, Araçuaí e Jequitinhonha);
- IV - cobertura vegetal mais ou menos densa, porque aponta maior e menor acesso aos recursos naturais e florestais, técnicas e ofertas distintas de extração;
- V - maior e menor oferta de serviços públicos básicos no meio rural, notadamente educação, saúde, rede viária.

Nas comunidades foram entrevistadas aproximadamente 10% das famílias residentes, indicadas pelas lideranças sindicais e comunitárias, mediante critérios combinados de:

- A - tamanho e composição da família, que indica o conjunto de força de trabalho disponível;
- B - faixa etária média do casal nuclear, que aponta maior ou menor presença de homens migrantes ⁶, aposentado(a)s e formas compensatórias de renda (cesta básica, bolsa-escola);
- C - maior ou menor área do sítio familiar, que indica acesso diferenciado à terra, água e criação de animais;
- D - conhecimento dos usos locais de recursos nas áreas de saúde, madeira e animais;
- E - conhecimento da história local e da comunidade.

Famílias foram pesquisadas mediante a combinação de dois métodos de levantamento: quantitativo e qualitativo. O levantamento quantitativo inicial, realizado por meio de questionário fechado, levantou informações sobre: número de membros e composição do núcleo domiciliar, área produtiva disponível, produção (variedade e quantidade), destinos de produção (auto consumo, venda, troca), redes de comércio, usos de serviços

⁶ A respeito da relação entre perfil demográfico familiar e migrações consultar Woortmann (1990) ; para análise desta relação no caso do Jequitinhonha ver Goza e Rios Netto (1989) e Ribeiro (1993).

públicos e acesso às políticas compensatórias (aposentadoria, cesta básica, bolsa escola, renda mínima), migração sazonal e definitiva por sexo. Concluída esta etapa, passou-se à investigação qualitativa com estas mesmas famílias, processada por meio de entrevistas, orientadas por roteiro, complementando-se esta pesquisa com as dinâmicas de participação em pesquisa (DRP) que envolveram famílias e comunidade, como caminhadas no espaço rural, mapeamentos, dias de campo e reuniões amplas, visando perceber: organização e dinâmica do trabalho e da produção familiar; presença, importância, sistemática e destinos dos recursos extraídos do meio.

3. O tema na literatura

Populações adaptam-se porque alguns regimes agrários ajustam-se aos ambientes tornando-se parte deles, transformando fenômenos adversos e recursos aparentemente insuficientes em base de uma estável e, às vezes, próspera exploração rural. Marc Bloch (1978; 2001) observa isto em sistemas de produção criados por camponeses franceses: potencializavam recursos, conhecimentos, domínios, estações e ambientes; dessa forma não eram os homens os responsáveis objetivos pelos resultados produtivos, mas sim a complexa interação entre oportunidades do meio, relações sociais e, sobretudo, saberes - ao mesmo tempo produtores e produzidos pela rede de relações estabelecidas entre população e natureza. Tratando de lavradores brasileiros, Buarque de Hollanda (1957) observou também a profunda intimidade entre homem e meio em grupos em que a natureza - tanto quanto os homens - é agente ativo na instituição de práticas, na geração de técnicas e na definição de regimes de apropriação. Para Buarque de Hollanda, a técnica agrícola destas populações é uma cultura: resulta de acordos entre homens e natureza, é relativamente independente da temporalidade, exerce forte influência sobre os regimes de apropriação dos recursos e as possibilidades econômicas da extração e relaciona-se com as características particulares do meio que está sendo explorado. Brandão (1981), Posey (1987a), Turner (1990), Romeiro (1998), entre outros, argumentam na mesma direção: a natureza é um agente ativo na criação das normas de seu uso; as técnicas agrícolas variam no correr da história mas também no correr dos ambientes. Moran (1994), ressaltando equívocos do determinismo ambiental, observa que as sociedades são relativamente plásticas e a influência do meio sobre elas não pode ser desprezada, embora não seja absolutamente um determinante; o ambiente

confere singularidade às sociedades e sistemas produtivos. Assim, homens, natureza e técnicas formam, em muitas situações, um conjunto "travado" ⁷ de relações.

Populações conservam os recursos porque aprendem a lidar e - no limite - a depender de recursos naturais, pois nem sempre os lavradores e coletores pobres que vivem em meios com grande biodiversidade tenderão a destruí-los. Buarque de Hollanda (1957), Posey (1987a), Gomez-Pompa e Kaus (2000), entre outros, reparam: não ocorre necessariamente um consumo destrutivo dos recursos dominados por ou postos à disposição dessas populações. Como dependem do meio, adaptam-se a ele; como não são sociedades de consumo afluente limitam-se à produção ou extração de um leque reduzido de recursos. Tenderão a regular o consumo, vedando ou limitando o uso predatório, mercantil ou extensivo. Assim conseguem não só conservá-los mas também às vezes ampliar a qualidade dos recursos (Posey, 1987b), a biodiversidade (Gomez-Pompa e Kaus, 2000) ou coibir o consumo predatório de outros grupos sociais ou interesses mercantis (Castro e Pinton, 1997).

Por essas razões muitos autores têm apontado alguns grupos ou comunidades localizadas de agricultores - adaptados ao meio que vivem, aos recursos que exploram e à cultura que construíram - como eficientes gestores dos recursos, capazes de produzir técnicas sustentáveis de produção e normas eficazes de gerência do meio (Almeida, 1989; Chonchol, 1994; Diegues, 1995, 1996; Lima, 1997; Galizoni, 2000). Estes grupos têm sido denominados frequentemente como "populações tradicionais", definindo assim grupos assentados em territórios delimitados ou delimitáveis, que exploram recursos comuns, sempre politicamente subordinados, com forte identidade cultural, diferente daquela nacional. Como estes grupos vivem próximos ao meio que exploram, conseguiram elaborar um complexo conhecimento sobre os recursos e sua conservação (Diegues, 1996; Colchester, 2000).

4. Recursos comuns no Jequitinhonha

Localizado na porção nordeste do estado de Minas Gerais, o alto Jequitinhonha ⁸ possui um regime de terras muito próprio, denominado na região de "terra no *bolo*", no

⁷ A expressão é devida a Bloch (1978), denominando a cadeia apertada de relações construídas entre sociedade, domínios fundiários, saberes e ambientes.

comum de uma família. Este regime combina e articula glebas de uso privativo de uma família - áreas de lavoura - com outras de uso comunitário: áreas de extração de recursos da natureza; compondo um ajuste ao ambiente baseado na lavoura de coivara policultora e na extração dos recursos da natureza.

As áreas de uso comunitários são chamadas *soltas* ou *largas*, são glebas onde predominam vegetação de *campo* ou *carrasco*, com incidência de capins nativos, árvores retorcidas, apresentando às vezes pedras sobre o terreno e baixa fertilidade natural do solo. As *soltas* ou *largas* são áreas utilizadas para pastagem comunitária - qualquer membro da comunidade pode colocar os animais para pastar (as ofertas da natureza), sem cuidados excessivos, além de um pouco de sal - e para extração de recursos naturais como madeira, flores, plantas medicinais, frutos e caça.

Normalmente as *soltas* ou *largas* não são cercadas, em contraposição às lavouras que sempre são cuidadosamente fechadas. As *criações* podem pastar na área preferencial de uma família ou outra, porque os animais dela também comem nas áreas de outros. Este princípio torna-se explícito na definição que os lavradores fazem das áreas de *soltas*: "*o terreno tem dono mas todo mundo da comunidade pode usar*"; "*a solta é dividida, mas não é cercada porque cada um sabe onde está a sua solta. Pega o terreno cá embaixo e leva até em cima, não tem problema a criação comer na solta de outro*".

Na comunidade São Bento, por exemplo, há áreas de *solta*, de uso comunitário, onde todas as pessoas podem deixar pastar seus animais e criações; a *solta* "*usa ficar*" nos intervalos das divisas com outros confinantes. Cada lavrador deixa parte de sua posse aberta, cercando somente a roça. As *soltas* ou *largas* se dividem em *soltas* familiares, quando somente membros de uma determinada família - pais, filhos, irmãos, sobrinhos - podem usar; *soltas* comunitárias, quando o conjunto de famílias que forma uma comunidade utiliza a gleba comunitariamente; e *soltas* intercomunitárias, quando combinam várias comunidades. O chapadão do Tamanduá se encaixa neste último caso: é uma *solta* que três comunidades - São Bento, Ouro Podre e Noruega - usam em comum.

É principalmente nas áreas de *soltas* e *largas* que ocorre a coleta de frutos e plantas medicinais. Apesar de haver áreas preferenciais a uma família, outras também

⁸ Delimita-se aqui alto Jequitinhonha, como a parte do rio acima da foz do Itacambiruçu e Araçuaí; mais precisamente, os municípios de Minas Novas, Turmalina, Veredinha, Chapada do Norte, Berilo, José Gonçalves de Minas, Leme do Prado, Botumirim, Cristália e Grão Mogol.

podem usufruir desses recursos e, na maioria das vezes, sem pedir consentimento prévio. Mas essa aparente liberalidade no uso dos recursos renováveis se restringe aos membros da comunidade. Este é um primeiro aspecto a ser observado na conformação das regras de uso dos recursos.

O mesmo código ou princípio é usado nas *vargens*, onde são colhidas flores, especialmente as variedades de sempre-vivas - que possuem um processo de secagem natural no próprio pé, colhidas de janeiro a março - que representam importante fonte de recursos financeiros para as famílias na estação seca⁹. O caso de José, lavrador, ajuda a compreender esta relação: ele possui 5 alqueires de terra de vargem e dez famílias colhem flores nesse terreno. Estas famílias não pedem permissão para colher e não pagam nenhum tipo de renda. Questionado se qualquer pessoa poderia colher flores neste terreno, José responde que "*só pode o pessoal da comunidade e o tanto de família que a terra comporta*" e a comunidade mesma zela para que isto aconteça. Esta foi a mesma resposta que ele deu quando indagado sobre quem poderia usar as *soltas*.

A extração de lenha também ocorre na maior parte das vezes nas áreas de *soltas*. Coletar lenha é serviço a cargo das mulheres, mas que também pode ser realizado pelos homens; coletam-se galhos secos que já estão caídos. Não é qualquer madeira que se utiliza, é necessário que atenda alguns requisitos, principalmente ser de fácil combustão e não produzir muita fumaça. Na época das chuvas, abandonam-se os galhos caídos porque ficam encharcados e cortam-se galhos das árvores que se conservam mais secos. A extração de lenha exige uma espécie de poda, o que não é nocivo porque as árvores utilizadas são de madeiras "brancas", sem cerne e que apresentam um crescimento rápido.

Os lavradores designam e conceituam as atividades de extração de recursos da natureza como *recursagem*. A *recursagem* possui um significado elaborado, mais que uma coleta aleatória, representa uma extração ordenada, pressupõe um recurso ofertado pela natureza, mas adquirido pela intervenção humana. É um potencial da natureza *recursado* pelo conhecimento sistematizado e conjunto de técnicas da família. *Recursar* é um sistema de extração de recursos da natureza que está concatenado com a classificação e discriminação do meio e, tal qual a lavoura, é procedimento técnico ensinado aos membros da família desde a mais tenra idade.

⁹ As sempre-vivas dividem-se em verdadeiras, botão de soldado, dourado, botão fofo e arranha-nariz; a coleta vai de janeiro até março; o preço varia entre R\$ 3,00 a R\$ 5,00 por quilo.

A extração dos recursos naturais fornece complementação e diversificação alimentar na dieta dos lavradores. Há uma enorme variedade estacional de frutas, folhas, raízes, palmitos, além de animais e aves que compõem a pauta alimentar. As frutas são utilizadas *in natura* para alimentação humana e também para produzir óleo comestível, fazer doces e compotas. A caça de animais e aves provê, com uma certa frequência, as famílias de carne. Uma grande quantidade de plantas fornece sementes, casca e folhas para remédios e unguentos.

Da natureza se retira toda a matéria-prima necessária para construir as casas, barro para fazer telhas, outros para fazer adobes (tijolo cru secado ao sol), argila tabatinga para pintura da casa, os fogões e fornos, madeira para travamento do telhado, para portas, janelas e para fabricar os móveis. Cordas são feitas de casca de embira, jacás e cestos são feitos de taquara e cangalhas de madeira. Há uma enormidade de ofertas que a natureza propicia para o uso das famílias.

Como estes recursos são disponibilizados pela natureza, pode-se pensar que não possuem usos regulamentados pela comunidade, que são utilizados a bel-prazer das famílias, desregradamente e sem nenhuma forma de controle. Mas, o que se observa nas comunidades rurais do alto Jequitinhonha é que as normas de exploração desses recursos constituem formas de gestão comunitárias das ofertas da natureza.

As áreas de extração são regidas por códigos que combinam a necessidade das famílias e comunidades com o recurso em questão. Aqueles tidos como "renováveis", os capins nativos e leguminosas para o gado, as plantas medicinais, frutos, lenha e a caça são explorados comunitariamente, e o limite é o tanto de extração que a área suporta sem pressionar em demasia os recursos. Qualquer membro da comunidade - e só dela - pode caçar ou colher. Assim, cada família e grupo de vizinhança estabelece sua área de extração e coleta, que se torna muito rígida quando esses recursos escasseiam.

Nos casos dos recursos naturais que gastam um tempo maior para se recompor, como as madeiras de lei e aquelas de uso para construção - que demoram muitos anos para chegar ao ponto de corte - e recursos que não se renovam, como as áreas de garimpo e também as reservas de água, os códigos são mais rígidos, apurados e as negociações mais delicadas. São recursos quase privativos de uma família.

No que diz respeito às madeiras de cerne, há clara demarcação das árvores para cada família e às vezes para cada membro dentro da família. Os lavradores do ribeirão Soberbo revelam: *"A madeira é mais exigente porque mais de uma pessoa pode ter o*

cálculo de usar um mesmo pau". Assim, para tirar madeira, tem que respeitar os limites de cada família. Estes não são demarcados com cercas e sim por acordos entre os lavradores, divididos por restrições que são antes de tudo morais. Os limites são estabelecidos por códigos comunitários de regulação dos recursos e não por direito de propriedade.

A madeira de cerne é de exploração quase sempre privativa e, assim como o garimpo de diamante, é recurso muito valorizado. Madeira e garimpo, apesar de serem explorados privativamente, têm o acesso regulado por negociações comunitárias.

O garimpo, principalmente de diamante, é muito forte em todo alto Jequitinhonha, e de grande importância para todas as comunidades. É uma ocupação sistemática para parte das famílias de lavradores no período seco do ano e, às vezes, é a única opção de sustento entre os meses de março a outubro. O garimpo é considerado "*a lavoura da seca*" para todas as famílias. Uma lavradora afirmou que "*A mexida principal do pessoal aqui é lavoura, garimpo e São Paulo. Na seca, o pessoal vai para o rio [Jequitinhonha] ou para São Paulo*". Os lavradores afirmam que possuem duas profissões: uma parte do ano são lavradores, outra são garimpeiros¹⁰.

As famílias das comunidades fazem uso comunitário das águas e dos garimpos, impedindo a entrada de *gente de fora*, dosando a exploração do recurso, demarcando áreas comunitárias e individuais de garimpagem. Cada comunidade constrói um código próprio de utilização das zonas de garimpo, de forma que não falte a ninguém e sustente todos os membros. Este é um segundo aspecto importante a ser observado nas normas comunitárias que regulam a extração dos recursos da natureza.

Na exploração do garimpo, faz-se um uso rotativo. As pessoas marcam onde vão trabalhar e os familiares e vizinhos respeitam; quem marca primeiro tem a preferência. Quando uma família deixa de trabalhar em uma *lavra*, aquela área pode ser explorada por outra pessoa. O garimpo tem uma norma parecida com o sistema de uso das terras, o trabalho de uma pessoa ou família cria o direito de explorar uma área e outra pessoa só pode explorá-la se obtiver o consentimento de quem primeiro trabalhou ou após essa área ser abandonada. As famílias costumam reservar a gleba que pretendem trabalhar, marcando-a com galhos ou pedras. Como dizem os lavradores das margens do rio

¹⁰ Ribeiro (1997) demonstrou como mineração e agricultura de mantimento foram atividades que sempre estiveram juntas no Jequitinhonha. Ver também sobre ocupações sazonais em Mauss (1974).

Itacambiruçu: *"A gente sabe que o rio é do governo, é público, mas aqui a gente dividiu ele entre nós. Cada um tem seu lugar de garimpo"*; dividido pelo trabalho.

Atualmente, com a água começando a escassear, as nascentes, córregos e rios vêm sendo submetidos a normas severas de uso. A água, pela sua importância, gera demandas pelo seu controle e exige constantes negociações para ter seu uso regulado: ninguém pode interromper o fornecimento para ninguém, a não ser em casos de disputas de terras, quando esse acordo é rompido e se utiliza o corte de água como forma de pressão. Também a criação de porcos soltos é, na maioria das vezes, comunitariamente vetada por sujar as águas. As famílias têm que utilizar as fontes sem prejudicá-las, sujá-las ou deixá-las turvas.

Uma família se abastece, quase sempre, de fontes distintas de águas. Uma família da comunidade do Barreiro/São Miguel, por exemplo, coleta a água para beber numa nascente que usa junto com o sogro e outras famílias que esporadicamente necessitam; esta nascente fica de uns dois quilômetros de sua casa; para cozinhar e uso doméstico, utiliza o córrego que passa no fundo de sua casa, que no período de seca fica bem reduzido de volume; para lavar roupa a mulher caminha em média uns quatro quilômetros até alcançar um córrego com maior volume de água e lapas próprias para lavagem e secagem. Os animais têm vários pontos para beber água, depende de onde estiverem pastando. Cada família usa, desta forma, vários cursos de águas, alguns em regimes mais privativos, outros com um grupo restrito de vizinhos e outros ainda com o conjunto da comunidade, promovendo um entrelaçado de mutualidades e tecituras entre o grupo mediado pela utilização do recurso.

O sistema de uso do ambiente construído pelas famílias de lavradores combina e articula extração e lavoura: as áreas que estão em pousio, "descansando" da lavoura recebem outros usos que não os agrícolas, são áreas de coleta, de caça, de pastagens para as criações e reserva de recursos naturais.

5. As normas de uso

Regulando o acesso, classificando os dons da natureza, intervindo na quantidade e qualidade do consumo do ambiente, as famílias dessas comunidades conseguiram alguns resultados notáveis, que aparecem em alguns indicadores quantitativos. Estudo de uma empresa de energia elétrica revelou que persiste, em média, 65% da cobertura

vegetal na calha alta do rio Jequitinhonha; análise dos dados censitários do IBGE revela que no período 1920/1996 cresceu a revegetação de florestas nativas na região, apontando para o sentido inverso da tendência de outras regiões de Minas Gerais. Graças à regulação, conservação e conhecimento, essas famílias do alto Jequitinhonha conseguem viver com falta de chuva, sazonalidade do trabalho agrícola e escassez relativa de alguns bens¹¹.

Para entender como foram alcançados esses resultados é fundamental perceber alguns aspectos que influem e regem a relação entre população e ambiente: a identidade territorial, as normas de consumo, os sistemas de manejo e a transmissão dos conhecimentos.

A concepção de território é associada à noção de comunidade ou córrego. As denominações, no caso, são geralmente alternáveis porque mais antigamente o lugar recebia o nome do córrego, mas as ações de igreja e poder público popularizaram o termo comunidade. Os limites da comunidade são imprecisos, mas inclui sempre um recorte do ambiente que compreende todas as seções da paisagem física: beira de água e cultura, meia encosta, capão e carrasco, campos, cerrados e chapadas. Existem, evidentemente, variações no tamanho das áreas de terras de culturas ou campos de uma para outra comunidade. Mas, em todas, existirão sempre estas dotações. Assim, os territórios comunitários são aproximadamente equivalentes uns aos outros e utilizados mais ou menos da mesma forma, e individualmente seus moradores sempre poderão se referenciar a partir de recortes que podem ser assemelhados.

O sentido de pertencimento ao território vem da ascendência, do convívio e da parentela, que se unificam sobre uma terra que todos, em maior e menor grau, conservam certos direitos comuns. Assim a terra da comunidade efetiva e permite o exercício dos direitos derivados da ancestralidade: poder coletar lenha e frutos com liberalidade, ter acesso exclusivo ou cessão parcial privilegiada de um determinado barreiro ou nascente, dispor de madeiras - *paus-de-cerne* - que podem ser cedidas ou recebidas nas áreas mais privativas daquela comunidade. O pertencimento, portanto, é mais que um sentido vago de ascendência: é uma possibilidade, muitas das vezes privilegiada, de usufruto de bens, recursos e oportunidade comuns.

¹¹ Sobre normas de uso e regulação de recursos naturais ver Diegues (2000); sobre este tema no Jequitinhonha ver Galizoni (2000) e Freire (2001); sobre expansão da revegetação na região consultar Cemig (1993) e Ribeiro e outros (2001).

As normas de consumo são derivadas e complementares da noção de território: são elas que permitem a efetivação do pertencimento e repartem o mundo entre os que podem ou não ter acesso e qual o tipo de acesso será permitido. Por meio das negociações delicadas entre famílias de um mesmo ramo de parentesco definem-se as relações e os sistemas de gestão que regulam os acessos, mas também impõem a obrigatoriedade do zelo, que é tanto mais intenso quanto menos resiliente for o recurso, quanto mais escassa for sua fonte e, portanto, mais fortemente associada ao domínio de uma determinada família.

As normas de acesso são direitos cujos extremos estariam, de um lado, na exclusividade e, de outro, na absoluta disponibilidade. Nos entremeios desses direitos eles se superpõem, paralelizam-se ou opõem-se, sempre considerando como limite o sujeito não-pertencente à comunidade, que não é da mesma ascendência ou residência. Dessa maneira, embora o exercício das normas admita e até exija equivalências e partilhas de recursos internamente à comunidade, sua construção vincula-se à oposição com os não-pertencentes.

Para acessar e consumir bens e recursos, no entanto, são exigidos sistemas de manejo e técnicas adaptadas. São eles que efetivam as normas, e elas só podem existir por meio de sistemas. As matas e capões são preservados para coletas de madeiras e lenha porque terras de cultura são rotacionadas no cultivo; os campos são liberados à coleta de frutos porque não se utilizam árvores frutíferas como lenha ou madeira - embora muitas delas, como pequi e jatobá, sejam excelentes para fogo ou serraria; nascentes são preservadas para consumo humano de água, embora suas margens sejam excelentes para agricultura, criação de porcos ou gado na solta. Os acessos e consumos são, portanto, regulados por sistemas produtivos totais, que selecionam entre os bens e ambientes alguns usos opositivos: plantio X coleta de água, fruto X madeira, remédio X lenha, madeira X pastagem etc. Essas normas têm o sentido de preservar determinado uso do recurso em detrimento de outro, reserva-o para uma serventia em exclusão a outra.

Isto seria facilmente compreensível se se tratasse de uma gama reduzida de bens e recursos, onde a opção fosse entre um ou outro consumo econômico de prazo curto. Acontece que não é bem assim: às vezes, os horizontes de cálculo para sistemas de produção passam pela regulação ordenada de dezenas de plantas, madeiras, ervas, campos e nascentes, que compõem, ao final, sistemas produtivos que podem parecer

bastante simplificados - plantar pequenas lavouras manuais ao mesmo tempo em que são conservados bosques, excessiva pressão do rebanho em terras de culturas havendo preservação dos campos, necessidade de caminhada longa para coleta de lenha para evitar o corte de espécies medicinais ou frutíferas - mas que ocultam a complexa cadeia de escolhas feitas com o propósito de, a longo prazo, conservar recursos.

Por fim, território, normas e sistemas são ordenados por uma lógica maior que é o saber. Essas noções, regras e técnicas ganham sentido à luz de um saber criativo, que combina em grandes doses tradição e experimentação. Estes saberes têm duas características principais. São, por um lado, herdados junto com o território e a ancestralidade. Neste sentido têm uma forte carga de tradicionalidade conservadora. Os saberes vêm dos antigos, e assim até parece que os vivos são governados pelos mortos, o que parece contrastar vivamente com a experiência migratória desses camponeses. Mas, sendo herdados, são também todo o tempo atualizados, postos na perspectiva da experimentação de cada usuário deste domínio por conta da sua segunda característica: a de serem saberes profundamente ambientalizados, adaptados à minúcia daquele território, parcamente replicáveis. Neste sentido o saber também conforma o território, enfeixa-o.

Assim, conhecer e viver seu território é ao mesmo tempo condição para normatizá-lo, é condição para produzir sistemas produtivos delicados e descobrir novas fontes de recursos. O saber, portanto, é a outra face do pertencer, do produzir e do gerir; evidentemente aplicável àquele reduzido território. É o conhecimento que abarca o domínio do território específico e explica porque produzir para essas famílias é a base do conservar.

A interação complexa de ambiente e produção, sociedade e economia, saber e seu exercício permite que essas comunidades revelem aos planejadores do desenvolvimento e aos extensionistas que estes conhecimentos tem que ser considerados juntos. E que a perspectiva do saber local é a preciosa matriz da gestão de todos esses processos. Assim, pensar o desenvolvimento torna obrigatório pensar também o saber, os sistemas, as normas e o território. Fora dessas referências também se pode pensar o desenvolvimento, é lógico. Mas, muito certamente, será um processo tão externo que atingirá quase que só as franjas dessa sociedade camponesa, e será tão excludente para elas como se fosse um desenvolvimento pensado para outros povos, lugares ou territórios.

6. Bibliografias

- ALMEIDA, A.W.B. de. *"Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito."* IN HEBETTE, J. e CASTRO, E. (orgs) *Na trilha dos grandes projetos*. Belém, NAEA/UFPA, 1989.
- BLOCH, M. *A terra e seus homens*. Bauru, EDUSC, 2001.
- BLOCH, M. *La história rural francesa: caracteres originales*. Barcelona, Editorial Crítica, 1978.
- BRANDÃO, C.R. *Plantar, colher, comer*. Rio de Janeiro, Graal, 1981.
- BRUSCHINI, M.C. *"Uma abordagem sociológica da família."* Revista Brasileira de Estudos Populacionais. Campinas. V.6, n.1 jan.jul 1989.
- BUARQUE DE HOLLANDA, S. *Caminhos e Fronteiras*. R.J., José Olímpio, 1957
- CÂNDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*. 3a. edição. São Paulo, Duas Cidades, 1975.
- CASTRO, E. e PINTON, F. (orgs.) *Faces do Trópico Úmido*. Belém, CEJUP; UFPA/NAEA, 1997.
- CEMIG. *"EIA-RIMA da UHE de Irapé"*. Belo Horizonte, mimeog., 1993.
- CHAYANOV, A. *La organizacion de la unidad económica campesina*. Buenos Aires, Nueva versión, 1974.
- CHONCHOL, J. *Sistemas agrarios en América Latina : de la etapa prehispánica a la modernización conservadora*. Santiago, Fondo de Cultura Económica, 1994.
- COLCHESTER, M. *"Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas"*. IN DIEGUES, A.C. (org.) *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo, Hucitec, 2000.
- DIEGUES, A.C. *"Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais."* IN _____ *Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima*. São Paulo, NUPAUB/USP, 1995.
- DIEGUES, A.C. (org.) *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo, Hucitec, 2000.
- DIEGUES, A.C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- DURHAM, E.R. *"A família e a mulher."* SP, Cadernos CERU, número 18, 1ª série, maio de 1983.
- FREIRE, A.G. *"Águas do Jequitinhonha."* Lavras. Dissertação (mestrado), Lavras, PPGA/UFLA, 2001.

- GALIZONI, F. M. *A Terra Construída - família, trabalho, ambiente e Migrações no alto Jequitinhonha, Minas Gerais*. Dissertação de mestrado, FFLCH/USP, 2000.
- GOMÉZ-POMPA, A. e KAUS, A. "Domesticando o mito da natureza selvagem." IN DIEGUES, A.C. (org.) *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo, Hucitec, 2000.
- GOZA, F. W. E RIOS NETTO, E. L. "O contraste das experiências migratórias em quatro municípios do vale do Jequitinhonha." Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Olinda, PE, outubro 1988.
- LAVILLE, C. e DIONNE, J. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.
- LEVÍ-STRAUS, C. "A família". IFCH/UNICAMP, mimeografado, s.d.
- LIMA, D. de M. "Equidade, desenvolvimento sustentável e preservação da biodiversidade: algumas questões sobre a parceria ecológica na Amazônia." IN CASTRO, E. e PINTON, F. (orgs.) *Faces do Trópico Úmido*. Belém, CEJUP; UFPA/NAEA, 1997.
- MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. Volume II. São Paulo, Edusp, 1974.
- MORAN, E. *Adaptabilidade humana*. São Paulo. Edusp, 1994.
- POSEY, D.A. "Introdução - Etnobiologia: teoria e prática" IN RIBEIRO, B. (org) *Suma etnológica brasileira*. Volume 1. Etnobiologia. 2ª edição. Petrópolis, Vozes/Finep, 1987a.
- POSEY, D.A. "Manejo de florestas secundárias" IN RIBEIRO, B. *Suma Etnológica Brasileira*. Volume 1. Etnobiologia. 2ª edição. Petrópolis, Vozes/Finep, 1987b.
- RIBEIRO, E. M. "As invenções de migrantes." *TRAVESSIA, Revista do Migrante*. São Paulo, VI (17), set/dez 1993.
- RIBEIRO, A.E.M., MOURA FILHO, J.A., SIMÃO, A.A., REIS, K.G.N. "Migrações, treinamento de mão-de-obra e mercado de trabalho: o caso do Nordeste de Minas Gerais nos anos 1960/1990." Relatório de pesquisa apresentado à Fapemig. Lavras, UFLA, setembro de 2001.
- RIBEIRO, E. M. "As Estradas da Vida - terra, fazenda e trabalho no Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais". Tese de Doutorado, apresentado IFCH/UNICAMP, 1997.
- ROMEIRO, A.R. *Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura*. São Paulo, Fapesp/AnnaBlume, 1998.

TURNER, F. *O espírito ocidental contra a natureza: mitos, história e as terras selvagens*. Rio de Janeiro, Campus, 1990.

WOLF, E. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

WOORTMANN, K. “*Migração, família e campesinato*”. *Revista Brasileira de Estudos de População*. V. 7. n. 1, jan/jun 1990.